

Pagamento de juros será de US\$ 21 bilhões este ano

O Governo vai pagar de juros da dívida interna este ano US\$ 21 bilhões, informa o Banco Central em documento preparado para responder às críticas de que a dívida em títulos vendidos ao mercado (mobiliária) está crescendo muito. O valor é o dobro do que se costuma pagar, em anos normais, de serviço da dívida externa. Para se ter uma idéia, é o equivalente a dois e meio Uruguais ou uma Bulgária, ou ainda 16 vezes o PIB de Moçambique.

Segundo o documento, preparado pelo Departamento Econômico, a imprensa tem publicado desde março uma série de cifras e projeções mostrando o crescimento acentuado da dívida mobiliária. A elevação tem acontecido, confirma o banco, mas em consequência da liberação dos cruzados novos e do acúmulo de

reservas cambiais. Ou seja, enquanto uma dívida cresce, a outra diminui. Um exemplo: a dívida mobiliária cresceu de setembro a março 162,2%, mas nesse mesmo período a dívida total do Governo aumentou apenas 0,8%. O argumento é bom, mas o que está havendo é troca de dívida barata (os cruzados novos) por uma dívida cara. Pelas projeções do BC, a dívida continuará a crescer até o fim do ano, mas voltará a cair em 93.

Mas o BC apresenta uma série de outros argumentos na defesa da tese de que a dívida não cresce a ponto de justificar as preocupações que surgiram. Diz que o ajuste fiscal e a reversão das expectativas inflacionárias produzirão um novo nível de taxas de juros. Os críticos erram, segundo o BC, porque projetam para o resto do ano um fato que

ocorreu apenas nos primeiros quatro meses.

Explica que, apesar de a maior parte dos cruzados estarem liberados em março, a dívida mobiliária representava apenas 53% do que era em fevereiro de 90, imediatamente antes do plano Collor, e seria 74% se o resto dos cruzados fosse liberado agora.

Lembra ainda que há muita controvérsia sobre taxa de juro real, porque ela depende do índice de inflação usado. Outro argumento do BC é que a dívida mobiliária, em proporção do PIB, é pequena no Brasil se comparado com outros países: no México supera 20%, em Portugal, Indonésia e Espanha passa de 40% e na Itália chega a 70%. No Brasil, é de 5,7%.

A conclusão do BC, no documento, é que "ainda existe mui-

to espaço para o crescimento da dívida mobiliária federal. As possibilidades de utilização desse espaço em bases estáveis, isto é, sem provocar, sejam pressões inflacionárias, sejam pressões sobre as taxas de juros, dependem exclusivamente da credibilidade do Governo e, por conseguinte, da percepção que a sociedade tenha do ajuste fiscal em andamento e da estabilidade das regras do jogo."

Uma boa notícia dada no documento é que a dívida externa líquida — ou seja, dívida externa menos reservas cambiais — está caindo. A informação não é uma novidade para os especialistas, porque é consequência óbvia do acúmulo das reservas, produzido pela entrada de recursos externos, mas de qualquer maneira é bom de ver num país em que as dívidas só crescem.